



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
LUIZ ALVES

DECLARAÇÃO

O Município de Luiz Alves, considerando o Projeto de Lei Complementar nº 04/2025, que propõe ajustes na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, vem, nos termos da legislação vigente, prestar os seguintes esclarecimentos:

O referido Projeto contempla, entre outras disposições, a formalização e reenquadramento de cargos que, embora exercidos na prática, não constavam expressamente da legislação municipal em razão da revogação tácita da Lei nº 1.534/2013, especialmente os cargos de Procurador-Geral, Procurador-Adjunto e Assessor de Desenvolvimento Municipal.

No tocante aos cargos de Procurador-Adjunto e Assessor de Desenvolvimento Municipal, não houve qualquer reajuste ou modificação nos valores atualmente praticados, os quais foram apenas reenquadrados na nova estrutura administrativa. Seus vencimentos permanecem inalterados, conforme já disponíveis no Portal da Transparência.

Nesse cenário, não há que se falar em elaboração de novo estudo de impacto financeiro para esses cargos, justamente porque não há alteração remuneratória a ser analisada. A exigência legal de apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro (art. 16 da LRF) pressupõe a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, o que não se verifica no presente caso.

Dessa forma, ratifica-se que não há qualquer impacto financeiro adicional decorrente da manutenção dos vencimentos dos cargos de Procurador-Adjunto e Assessor de Desenvolvimento Municipal, tampouco necessidade legal de apresentação de declaração ou estudo específico quanto a esse ponto.

Reitera-se, por fim, o compromisso do Município de Luiz Alves com a legalidade, a responsabilidade fiscal e a transparência administrativa, permanecendo à disposição da Câmara Municipal para eventuais esclarecimentos adicionais.

ADILSON BALSANELLI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES